

**Programa de Pós-Graduação em Educação
Universidade do Estado do Mato Grosso
Cáceres - Mato Grosso - Brasil**

Revista da Faculdade de Educação - Vol. 40, (Jan/Dez) de 2024
ISSN: 2178-7476



GERENCIALISMO EDUCACIONAL E O PROGRAMA NOVOS CAMINHOS EM UM INSTITUTO FEDERAL

EDUCATIONAL MANAGERIALISM AND IN PROGRAM NOVOS CAMINHOS A FEDERAL INSTITUTE

GESTIÓN EDUCATIVA Y EL PROGRAMA NOVOS CAMINHOS EN UN INSTITUTO FEDERAL

William Junior Sperb

Mestre em Educação Profissional e Tecnológica/ProfEPT. Atua na COMAG no IFSul-Campus Lajeado/Rio Grande do Sul/Brasil.

E-mail: williamsperb@ifsul.edu.br

Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-4631-0587>.

Maria Raquel Caetano

Doutora em Educação pela UFRGS. Professora no IFSul-Campus Sapucaia do Sul e Mestrado ProfEPT. Rio Grande do Sul/Brasil.

E-mail: caetanoraquel2013@gmail.com

Orcid: <http://orcid.org/0000-0001-6973-908X>

RESUMO: Este artigo é parte de uma pesquisa que tem como centralidade os estudos sobre políticas educacionais, materializada pelo Programa Novos Caminhos (PNC) e as consequências da implantação desse programa em um Instituto Federal do sul do Brasil. Em especial procura investigar o gerencialismo como teoria e prática e como ele adentra na instituição com foco nos resultados, em consonância com o Eixo 1 do PNC. A pesquisa se caracterizou como qualitativa, descritiva e nos procedimentos utilizou-se da abordagem bibliográfica, documental cuja produção dos dados foi realizada na Plataforma Nilo Peçanha e na análise de editais de pesquisa, ensino e extensão. Nossas análises contemplaram a relação entre o Eixo Resultados do PNC e a oferta de matrículas nos anos de 2018 a 2023. Nas considerações alertamos que o Programa Novos Caminhos contribui à formação de uma cultura gerencial priorizando os resultados.

PALAVRAS-CHAVE: Gerencialismo, Programa Novos Caminhos, Resultados, Instituto Federal.

ABSTRACT: This article is part of a research project that focuses on studies on educational policies, materialized by the Novos Caminhos Program (PNC) and the consequences of the implementation of this program in a Federal Institute in southern Brazil. In particular, it seeks to investigate managerialism as a theory and practice and how it enters the institution with a focus on results, in line with Axis 1 of the PNC. The research was characterized as qualitative, descriptive and in the procedures used the bibliographic and documentary approach whose data production was carried out on the Nilo Peçanha Platform and in the analysis of research, teaching and extension notices. Our analyses contemplated the relationship between the Results Axis of the PNC and the offer of enrollments in the years 2018 to 2023. In the considerations, we warn that the Novos Caminhos Program contributes to the formation of a managerial culture prioritizing results.

KEYWORDS: Managerialism, Novos Caminhos Program, Results, Federal Institute.

RESUMEN: Este artículo forma parte de una investigación que se centra en los estudios sobre las políticas educativas, materializadas por el Programa Novos Caminhos (PNC) y las consecuencias de la implementación de este programa en un Instituto Federal del sur de Brasil. En particular, se busca investigar el gerencialismo como teoría y práctica y cómo ingresa a la institución con enfoque de resultados, en línea con el Eje 1 de la PNC. La investigación se caracterizó por ser cualitativa, descriptiva y en los procedimientos utilizó un enfoque bibliográfico, enfoque documental cuya producción de datos se realizó en la Plataforma Nilo Peçanha y en el análisis de convocatorias de investigación, docencia y extensión. Nuestros análisis consideraron la relación entre el Eje de Resultados de la PNC y la oferta de matrícula en los años 2018 a 2023. En las consideraciones, advertimos que el Programa Novos Caminhos contribuye a la formación de una cultura de gestión que prioriza los resultados.

PALAVRAS CLAVE: Gerencialismo, Programa Nuevos Caminos, Resultados, Instituto Federal.

Introdução

O gerencialismo, ao longo dos anos, aprofundou-se e, atualmente, é considerado como “[...] a matriz teórico-ideológica que oferece o suporte operacional para o avanço do projeto neoliberal” (Abdala; Socarraz, 2019), pois visa tornar o mercado como a referência para todas as instâncias da vida social, política e econômica. Sob o gerencialismo, exige-se que o setor público tenha um desempenho de modo como se estivessem em um mercado competitivo e se tornasse semelhante a um negócio. O resultado é a introdução e a difusão da nova lógica que privilegia a economia e a eficiência acima dos direitos democraticamente constituídos.

No contexto educacional, tem sido privilegiada a ênfase no cidadão como cliente, a descentralização, a gestão e o planejamento estratégico, a criação de ambientes competitivos e a produtividade por resultados, a flexibilização da contratação na gestão dos serviços e a introdução de novos conteúdos educacionais, a partir das sucessivas reformas educacionais ocorridas no país nos últimos anos, como a BNCC, Reforma do Ensino Médio e a Reforma da Educação Profissional. Essas premissas têm contribuído à constituição da escola neoliberal, que é um dos fatores decisivos no processo de construção da sociedade empresarial, porque a educação se coloca a serviço da competitividade econômica como investimento no capital humano. Essa escola “é apresentada idealmente, como o lugar de todas as inovações, da mudança permanente, da adaptação contínua às variações da demanda do mercado, da busca de excelência, da falha zero” (Dardot; Laval, 2016, p. 330). Contudo, aqui, discorda-se dessa perspectiva, porque a função social da escola é oferecer uma educação omnilateral, como a proposta pelos Institutos Federais (IFs), que tem como eixo estruturante o trabalho, a ciência, a tecnologia e a cultura na perspectiva da emancipação humana. Procura-se investigar, em um Instituto Federal do RS, como o Programa Novos Caminhos, através dos editais de ensino, pesquisa e extensão, contribui para a formação de uma cultura gerencial, que prioriza os resultados. Busca-se introduzir novos conteúdos, como empreendedorismo e uma série de metodologias *maker*, chamadas de inovadoras, em detrimento da qualidade socialmente referenciada e da formação integral dos estudantes, com vistas à adequação da educação aos ditames econômicos

e do mercado, de modo a propor um “novo” projeto educacional para os jovens e adultos.

A pergunta que norteou o desenvolvimento do artigo é “Quais as repercussões do gerencialismo na Educação Profissional e Tecnológica, tomando como ponto focal o programa Novos Caminhos em um Instituto Federal do sul do Brasil?”. Como objetivo que desdobra da pergunta de pesquisa, buscar-se-á analisar as repercussões do programa Novos Caminhos no eixo resultados e a relação com o número de matrículas em um IF a partir da coleta de dados realizada na Plataforma Nilo Peçanha. Neste artigo, o eixo que será analisado é o da Gestão e Resultados, embora o programa apresente outros dois eixos: Articulação e Fortalecimento, cujo foco será a formação de servidores e estudantes, e o eixo Inovação e Empreendedorismo, que será apresentado e não analisado.

O trabalho é caracterizado como qualitativo e os procedimentos se dividiram em três momentos: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e produção e análise de dados, em que se utilizou a Plataforma Nilo Peçanha. Além da pesquisa bibliográfica, foi realizado um estudo com base em documentos oficiais em editais de ensino, pesquisa e extensão de um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da região sul do Brasil. Esse procedimento buscou apresentar o Programa Novos Caminhos e suas repercussões nos resultados em relação à indução de matrículas e foi materializado nos editais lançados entre 2018 e 2023. Foram extraídos, da Plataforma Nilo Peçanha¹, os dados de matrículas da oferta de Cursos de Ensino Médio Integrado, dos Cursos EaD, dos Cursos de Licenciaturas e de Formação Pedagógica (EaD e presencial) e dos Cursos FIC (EaD e presencial) referentes aos anos de 2018, 2019, 2020, 2021, 2022 e 2023.

O artigo foi dividido em quatro seções, além da introdução. Na introdução, apresenta-se o assunto central da pesquisa, etapa em que é elaborada a justificativa para o desenvolvimento do estudo. A segunda seção aborda o Gerencialismo, a gestão por resultados e a educação. Na terceira seção, discute-se o Programa Novos Caminhos como um mecanismo gerencial, proposto pelo Ministério da Educação aos Institutos Federais.

A fim de demonstrar os impactos do gerencialismo em um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do sul do Brasil, na quarta e quinta seção, foram analisados os editais de ensino, pesquisa e extensão em que se utilizou o período de 2018 a 2023 para a coleta de dados. Além disso, levantou-se na Plataforma Nilo Peçanha os dados referentes aos resultados que serão analisados com as metas dos eixos do Programa Novos Caminhos.

Gerencialismo, a gestão por resultados e a educação

As mudanças conceituais e metodológicas que sustentam a nova gestão pública se articulam a um contexto mais amplo de avanço do pensamento neoliberal e alcança os diversos setores das

¹ A Plataforma Nilo Peçanha (PNP) é um ambiente virtual de coleta, validação e disseminação das estatísticas oficiais da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Rede Federal). Tem como objetivo reunir dados relativos ao corpo docente, discente, técnico-administrativo e de gastos financeiros das unidades da Rede Federal, para fins de cálculo dos indicadores de gestão monitorados pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC). Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pnp>.

políticas públicas, inclusive o campo educacional. No Brasil, tais mudanças tomam corpo e são introduzidas de modo mais sistemático no contexto da Reforma do Estado, iniciada nos anos de 1990, porém, adentram os anos 2000 mesmo com o novo quadro político que assumiu o executivo federal em 2003. Nesse sentido, vários elementos da nova forma de compreender e organizar o funcionamento do Estado, iniciados nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), tiveram continuidade nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), Dilma Vana Rousseff (2011-2016), no governo de Michel Temer (2016-2018) e no governo de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022) e se aprofundaram, ao assumirem uma proposta conservadora e privatista de Estado.

Nos anos de 1990, a Reforma do Estado implicou em profundas mudanças no papel e nas formas de atuação do Estado frente à sociedade, além de ter deixado suas marcas até os dias atuais. O processo de Reforma do Estado brasileiro, na década de 1990, desenvolveu-se no contexto da concretização da política neoliberal em diferentes países da América Latina. No Brasil, a consolidação de políticas neoliberais se deu, principalmente, a partir dos governos do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), quando se implementou o Plano Diretor de Reforma do Estado de 1995. Nesse plano, foram delineadas diversas mudanças aplicadas à administração pública em diferentes setores, de modo que essas reformas apresentadas tiveram reflexos nos governos subsequentes com a continuidade do direcionamento da política neoliberal contida no Plano Diretor. O objetivo da Reforma do Estado brasileiro, segundo o Plano Diretor, era:

[...] reforçar a governança – a capacidade de governo do Estado – através da transição programada de um tipo de administração pública burocrática, rígida e ineficiente, voltada para si própria e para o controle interno, para uma administração pública gerencial, flexível e eficiente, voltada para o atendimento do cidadão (Brasil, 1995, p. 13).

Além do mais, o Plano Diretor trazia algumas perspectivas para a atuação do Estado, a partir da redefinição de seu papel.

O Estado reduz seu papel de executor ou prestador direto de serviços, mantendo-se, entretanto, no papel de regulador e provedor ou promotor destes, principalmente dos serviços sociais como educação e saúde, que são essenciais para o desenvolvimento, na medida em que envolvem investimento em capital humano (Brasil, 1995, p. 13).

O Estado passaria a não ser mais fomentador de benefícios públicos e assumiria outro papel, como o de gerenciar, induzir e regular as políticas. Assumiria, então, um novo tipo de perfil: o gerencialismo, vertente da política neoliberal. Tem-se, desse modo, um processo combinado de diminuição do Estado e ampliação da sociedade civil (Vieira, 2011). Nesse contexto, a Reforma do Estado é encaminhada para o público não estatal, ou seja, instituições voltadas para o interesse público, sem fins lucrativos — ainda que regida pelo direito privado —, promovem a transferência de ações do Estado para as ONGs, fundações e institutos entre outros, através de amplas isenções e/

ou subsídios (Pereira; Grau, 1999). Ao mesmo tempo, é aprofundado o enfoque de Estado gerencial, trazendo o gerencialismo para o centro da administração pública.

Castro, ao caracterizar o gerencialismo, destaca que

A gestão gerencial caracteriza-se pela busca da eficiência, pela redução e pelo controle dos gastos públicos, pela demanda de melhor qualidade dos serviços públicos, pelos modelos de avaliação de desempenho, por suas novas formas de controlar o orçamento e os serviços públicos e pela descentralização administrativa, que dá maior autonomia às agências e aos departamentos. Além do mais, o gerencialismo ou gestão gerencial também tem como características a redução e o controle dos gastos públicos e o modelo de avaliação por desempenho – que será fundamental no âmbito educacional (Castro, 2008, p. 3).

O Estado assume um caráter gerencial e, nessa perspectiva, objetiva a priorização da busca por eficiência e eficácia, redução dos gastos com o setor público, além do controle e introdução de modelos de avaliações que focam o desempenho individual, com o objetivo de aferir o produto e de instalar a competitividade e a descentralização como pilares dessa eficiência e eficácia.

Esse novo tipo de administração e gestão passa a ser o alicerce da nova organização do Estado, que se configurou no final do século XX e princípio do século XXI, concomitante aos processos de reestruturação produtiva e de mudanças no mundo do trabalho e da produção. Essa perspectiva de organização do Estado dissemina a ideia de que os padrões de eficiência, de qualidade e sucesso estariam na esfera privada, nas empresas e no mercado. No contexto do gerencialismo, a lógica do mercado se inseriu, cada vez mais, nos espaços públicos, em um processo em que o setor público tem incorporado, na sua dinâmica de funcionamento, aspectos da cultura empresarial competitiva. Têm-se, dessa forma, as bases do gerencialismo que irão orientar a reorganização do trabalho, tanto no setor produtivo, no mundo da produção e circulação de mercadorias, quanto na organização e funcionamento do Estado no contexto do avanço do ideário neoliberal.

O aprofundamento do gerencialismo, no quadro da Reforma do Estado, conduzida no Brasil a partir do final dos anos de 1990 e que se estende ao longo deste século XXI, possibilita demarcar as bases, os fundamentos, estratégias e instrumentos da nova forma de gestão pública com uma de suas faces, o gerencialismo, na organização e funcionamento do Estado e seus desdobramentos no campo da gestão da educação. Nesse sentido, o sistema educacional também começou a sofrer mudanças, simultaneamente à nova regulação das políticas educacionais. A escola pública, como agência estatal, é objeto da nova regulação, ao passo que sofre alterações, por exemplo, nos currículos, nas formas de avaliação e na organização do trabalho escolar. Segundo Afonso (2005) e Valente (2011), o Estado Avaliador e, conseqüentemente, o Estado Regulador, está presente de várias formas na realidade educacional, mas, principalmente, nas avaliações externas.

Atualmente a avaliação tem-se configurado como um dos principais eixos da regulação da educação, uma vez que se constitui em mecanismo de controle de distribuição de recursos, pois o Estado tem atrelado o financiamento aos resultados dos índices alcançados nos testes (Valente, 2011, p. 96).

Há de se destacar que a gestão por resultados foi implantada na administração pública no segundo mandato do governo Cardoso (1999-2002) e teve prosseguimento com a utilização de ferramentas de gestão específicas no processo de planejamento e uso da tecnologia de informação, aproveitando-se do discurso da reforma administrativa iniciada no mandato anterior. No governo do presidente Lula, a gestão por resultados foi encampada por uma iniciativa do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão denominada 1º Fórum Nacional de Gestão Pública, em que foi assinado termo de adesão que diz: “comprometendo-se a apoiar, participar e contribuir ativamente no desenvolvimento e implementação de ações voltadas a melhorar a organização, o funcionamento e o desempenho da administração pública, com orientação para resultados e foco no cidadão” (Brasil, 2009).

O Decreto n. 6.944, de 21/08/2009 elenca a “orientação para resultados” e o “alinhamento da proposta apresentada com as competências da organização e os resultados que se pretende alcançar” entre as diretrizes que devem nortear a elaboração do projeto. Para os tecnocratas que atuam na gestão pública, esse decreto foi de grande importância para dar continuidade e aprofundar as reformas no âmbito da administração pública brasileira.

Na área da administração de empresas, a Gestão por Resultados pode ser entendida conforme Gomes (2009, p. 68), quando são estabelecidos os resultados desejados a partir da tradução dos objetivos de governo. Nesse sentido, prescreve-se o monitoramento e a avaliação do desempenho da organização, ou da política pública, a partir do alcance desses resultados, e se retroalimenta o sistema de gestão, de modo a propiciar ações corretivas decorrentes dessa avaliação. Ainda, destaca-se, no caso de projetos e programas, a contratualização de resultados, autonomia e sanções (Gomes, 2009, p. 69). Na gestão orientada para resultados, conforme o critério empresarial, a eficiência é expressa pelo resultado sobre os recursos, ou seja, pela obtenção de resultados eficientes e eficazes na aplicação de tais recursos. Poder-se-ia dizer também que é o “fazer mais com menos”.

As políticas educacionais implementadas, ao longo das duas últimas décadas, sustentaram-se na lógica da regulação. A avaliação se configurou como um dos principais eixos da regulação da educação (fato que incorpora o *modus operandi* do gerencialismo). Por sua vez, os parâmetros e instrumentos de avaliação adotados seguem a lógica do quase mercado, pois, são colocados em destaque os princípios e critérios de eficiência, produtividade e competitividade, o que prioriza a aferição pontual do desempenho das políticas, da gestão, dos professores e estudantes. Privilegia-se os produtos e os resultados em detrimento dos processos de construção, pois não são considerados os fatores que estão intrínsecos à escola e, assim, classificam-nas em função do mérito. A esse respeito, Hypólito assevera que:

O que deve ser ressaltado nessas políticas é a centralidade nos aspectos econômicos em detrimento dos aspectos políticos e sociais, como deslocamento da educação para a esfera do econômico e dos modelos gerenciais apregoados pelo mercado, como já assinalado

anteriormente. O que deveria ser pressuposto de qualidade para a educação pública, garantida pelo Estado, passa a ser considerado como deficiência dos usuários. Em outras palavras, o que era considerado como direito do cidadão e dever do Estado passa a ser considerado como possibilidade de escolha, a partir do que é mensurado como eficiente ou ineficiente (Hypólito, 2010, p. 1344).

Silva e Barbosa (2020) abordam a busca por matrículas e sua relação com o financiamento da rede. Destacam que, na lógica do quase-mercado, está a mercadorização do direito à educação, que passa a ser negociado como valor de troca, como em um mercado competitivo. Nas instituições educacionais, e nos IFs, cada estudante representa um percentual financeiro, um recurso que retorna à instituição. Isto é, quanto mais estudantes a instituição conquista, mais recursos ela disporá, embora com valores diferentes para cada tipo de curso.

É no contexto dos resultados que um dos principais propósitos do Novos Caminhos é o de ampliar, em 80%, o número de matrículas, ou seja, de 1,9 milhões (2019) para 3,4 milhões, até 2023, com a justificativa de que está em articulação com o Plano Nacional de Educação, na meta 11. Nessa perspectiva, o foco passa a ser a gestão para os resultados via aumento da oferta, e que vai encaminhar a uma série de ações para que a meta seja alcançada, conforme apresentaremos a seguir.

O Programa Novos Caminhos

O Programa Novos Caminhos, criado no governo Bolsonaro (2019-2022) aponta a educação profissional e tecnológica como uma modalidade de ensino estratégico para o país, relacionando-a às possibilidades de inserção socioproductiva de milhões de brasileiros, com objetivo de incrementar a produtividade e a competitividade nacional, de modo que deve “[...] estar articulada à política de geração de emprego e renda e alinhada às demandas do setor produtivo” (Brasil, 2019). Para Caetano (2023, p. 11), “um dos pontos centrais é a formação orientada para o mercado, um mercado inexistente em função da crise do trabalho instalada no país e no mundo nos últimos anos e que atinge frontalmente a juventude”. O governo Bolsonaro associou a agenda de reformas e pautas neoliberais na economia, articulando a esta agenda, pautas conservadoras na educação.

Evidencia-se como um Programa dessa natureza vai repercutir nos Institutos Federais a partir das ações indutoras da SETEC/MEC. Essas ações são materializadas através de diversos editais de pesquisa, ensino e extensão e impactam nos resultados a partir das análises dos dados realizados através da Plataforma Nilo Peçanha. Conforme dados da Plataforma Nilo Peçanha (2023), de 2017 a 2022², no universo dos Institutos Federais, houve um aumento significativo nas matrículas gerais e, em especial, nos cursos de qualificação profissional. Os cursos de Ensino Médio Integrado a Educação Profissional, durante o mesmo período, cresceu 26,76% em estudantes matriculados. Nos cursos de graduação houve crescimento de 33,84% durante esse período. Já a pós-graduação apresentou

² Embora o recorte temporal da pesquisa sejam os anos de 2019 a 2023, considera-se importante apresentar os dados dos últimos cinco anos. Destaca-se que os dados de 2023 ainda não estão disponíveis na Plataforma Nilo Peçanha.

crescimento de 77,68%. Isso demonstra que o foco nos resultados, em relação à oferta de cursos nos IFs, tem sido perseguido, embora os cursos de qualificação profissional tenham se destacado nesse cenário em relação aos cursos de EMI.

Cabe ponderar sobre as contribuições de Lima de Melo e Araújo (2023, p. 3), em que as “políticas educacionais baseadas no gerencialismo apresentam critérios de eficiência, produtividade, competitividade e desempenho, priorizando resultados em detrimento dos processos”. Nesse sentido é que caracterizamos o Programa Novos Caminhos como gerencialista, cujo foco são as metas e resultados — e, no caso dessa pesquisa, a meta quantitativa de elevar o número de matrículas na educação profissional e tecnológica em um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do sul do Brasil —, como discorreremos a seguir.

Quanto aos objetivos do programa, o sítio eletrônico do MEC discorre que, para alcançar seus objetivos, as ações que constituem o Novos Caminhos serão implementadas a partir de três eixos de atuação: Eixo 1: Gestão e Resultados; Eixo 2: Articulação e Fortalecimento; e Eixo 3: Inovação e Empreendedorismo. No Instituto Federal pesquisado, procede-se, em um primeiro momento, para analisar como o Programa Novos Caminhos repercute no IF, então, apresenta-se cada eixo do PNC e a publicação dos editais decorrentes dele. O foco, aqui, é analisar o Eixo 1: Gestão e Resultados. Apresenta-se, a seguir, os eixos e os editais ligados a eles.

Quadro 1 – Eixo 1 Gestão e Resultados

EIXO	AÇÕES E PRESSUPOSTOS
Eixo 1: Gestão e Resultados	As ações deverão contemplar o aprimoramento do modelo de planejamento, de gestão e de governança da Educação Profissional e Tecnológica, com vistas a fortalecê-la. Alguns dos princípios norteadores deste eixo são: orientar a gestão por evidências, pela conformidade legal, pela qualidade regulatória e pela desburocratização, assegurando o foco na coordenação de iniciativas e na articulação de esforços, bem como harmonizar práticas, normativos e procedimentos, buscando a aprendizagem e o aperfeiçoamento contínuos na gestão da política de Educação Profissional e Tecnológica.

Fonte: organizado pelos autores a partir do Programa Novos Caminhos.

Nesse eixo, procurou-se demonstrar que o aprimoramento do modelo de planejamento, de gestão e de governança da Educação Profissional e Tecnológica será compartilhado com outras instituições, como as Instituições Privadas de Ensino Superior (Ipes).

A governança pode ser entendida de forma sintética, como a dispersão do Estado e a divisão de responsabilidades com a sociedade civil e as instituições privadas. Ao Estado cabe não governar demais e, nesse sentido, o MEC/SETEC publicou a Portaria nº 1718, de 10/2019, que viabiliza, assim, a oferta regular de cursos técnicos pelas Ipes. Em 2020, foi publicada a Portaria SETEC nº 62/2020,

que dispõe sobre a oferta de cursos técnicos de nível médio por instituições privadas de ensino superior –IPES. Em 2021, foi publicada a Portaria Setec nº 48/2021, que estabelece, anualmente, o calendário para que as Ipes interessadas possam solicitar autorização para oferta de curso técnico. Nesse mesmo ano, foram credenciados 13 polos de inovação tecnológica, além de ter sido iniciado o planejamento com a Embrapii para o credenciamento de novos polos durante o ano e o início da ação Capacitação 4.0, entre outras. O eixo 1 também possui o foco nos resultados, como, por exemplo, a meta de aumentar em 80% o número de matrículas na educação profissional. Esse eixo será analisado posteriormente no artigo.

Quadro 2 – Eixo 2 Articulação e Fortalecimento

EIXO	AÇÕES E PRESSUPOSTOS
Eixo 2: Articulação e Fortalecimento	Esse eixo de atuação, de forma conjunta e articulada com os demais, reúne ações a serem desenvolvidas em estreito diálogo com as redes e instituições que atuam na Educação Profissional e Tecnológica no país. Sua ênfase é apoiá-las no enfrentamento dos desafios de implementação do itinerário da Formação Técnica e Profissional na trajetória do Ensino Médio e a ampliação e aprimoramento da oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica. No âmbito das redes estaduais e distrital, a prioridade do Ministério da Educação é apoiar a implementação do itinerário da Formação Técnica e Profissional na trajetória do Ensino Médio, conforme compromisso estabelecido pelo texto atual da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Para fortalecer a atuação das redes, entre outras ações previstas, destaca-se o apoio à formação de professores e demais profissionais da Educação Profissional e Tecnológica. Como garantir que mais professores tenham acesso a cursos de complementação pedagógica, atualização tecnológica e/ou especialização, bem como criar oportunidades de acesso de docentes a cursos de licenciatura, sobretudo nas áreas de Matemática, Ciências e Educação Profissional e também ao mestrado profissional, com foco em Educação Profissional e Tecnológica.

Fonte: organizado pelos autores a partir do Programa Novos Caminhos.

Nesse eixo, é priorizada a formação de professores e demais profissionais da EPT, com objetivo de preparar trabalhadores da educação para a implementação do itinerário técnico e profissional do Novo Ensino Médio. As metas são a ampliação das vagas e matrículas da formação de professores e o comprometimento dos IFs com a oferta de licenciatura e formação continuada para professores da educação básica, principalmente, em matemática e ciências exatas à distância.

Foram analisados 28 editais de ensino, em que 11 versavam sobre cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), 7 versavam sobre capacitação a distância — Profuncionário e, nos outros 10 editais de ensino, as temáticas foram Licenciaturas em EAD (Educação a Distância) e cursos de capacitação. Além disso, os cursos MOOC (*Massive Open Online Courses*), são cursos totalmente online, sobre temas diversos. Quanto aos demais editais, 01/2019, 09/2020, 14/2020, 20/2020, 22/2020, 33/2020

e 36/2020 PROEN, eles seguem o mesmo padrão: cursos executados na modalidade a distância, pelo AVA (Ambiente Virtual de Aprendizagem) Moodle. Isso vai ao encontro do supracitado, uma vez que há a padronização de materiais para grande número de estudantes, sem interação face a face. Os editais 01/2019, 09/2020, 14/2020, 20/2020, 22/2020, 33/2020 e 36/2020 PROEN seguem a mesma linha. Da leitura dos editais 30/2020, 57/2020, 08/2021, 37/2021, 09/2022, 13/2022, 14/2022, 15/2022, 11/2023, 01/2024 e 03/2024 PROEN/PROEX, há os seguintes excertos “Os cursos serão executados na modalidade a distância, na forma de cursos online abertos e massivos (*Massive Open Online Courses* – MOOC) e disponibilizados na Plataforma Mundi do IF, como mencionado acima. Novamente, há previsão de cursos em massa, de maneira a privilegiar certa economia, eficiência e foco nos resultados quantitativos.

Nesse eixo, outra meta é a ampliação e aprimoramento da oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica, ao passo que, novamente, aparecem os cursos em EAD para capacitação e formação de servidores. Destaca-se que programas de formação continuada para servidores e trabalhadores são importantes, mas apresentam várias lacunas que comprometem a iniciativa e podem resultar em programas de capacitação fragmentados e desconexos. Isso facilita a implementação de um currículo padronizado e não alinhado às possíveis necessidades dos servidores. Ainda, Pelissari e Caetano (2024, p. 8) afirmam que, “os cursos aligeirados podem colaborar para uma formação política e pedagógica de qualidade questionável, criando soluções meramente certificatórias e solapando o significado científico da formação docente”. Por outra perspectiva, também é uma das formas encontradas para preparar trabalhadores em educação para a implementação do itinerário formativo técnico e profissional presente no Novo Ensino Médio (Lei nº 13.415/2017).

Quanto ao Eixo 3 do Programa Novos Caminhos – Inovação e Empreendedorismo, a meta é de fortalecer os vínculos entre educação, trabalho e desenvolvimento socioeconômico local e regional, a fim de disseminar a cultura do empreendedorismo e da inovação de processos e produtos no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica. Os editais analisados são relacionados ao financiamento de projetos que estimulem as atividades de pesquisa aplicada, inovação e iniciação tecnológica nas redes de ensino e instituições de Educação Profissional e Tecnológica.

Quadro 3 – Eixo 3 Inovação e Empreendedorismo

EIXO	AÇÕES E PRESSUPOSTOS
Eixo 3: Inovação e Empreendedorismo.	As ações desse eixo visam principalmente fortalecer os vínculos entre educação, trabalho e desenvolvimento socioeconômico, disseminando a cultura do empreendedorismo e da inovação de processos e produtos no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica. Reconhecer e incentivar a inovação e o empreendedorismo como forças propulsoras e renovadoras no mundo do trabalho, capazes de criar novos mercados, impulsionar negócios e contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população. Assim, por meio de estratégias, parcerias e ações práticas de disseminação da cultura do empreendedorismo e da inovação na Educação Profissional e Tecnológica, será possível proporcionar à base técnico-científica nacional e à capacitação tecnológica mais oportunidades de fortalecimento para enfrentar os desafios que se colocam ao desenvolvimento e ao crescimento socioeconômico.

Fonte: organizado pelos autores a partir do Programa Novos Caminhos

Nesse eixo, foram analisados 20 editais de pesquisa e extensão, entre os anos de 2018 e 2024. Desses, 13 são de inovação e empreendedorismo, 1 sobre IFMaker e 1 que versa sobre Oficinas 4.0. Foram publicados, pelo MEC, quatro editais: nº 02/2020 (Apoio à implementação das Oficinas 4.0), nº 03/2020 (Apoio à iniciação tecnológica com foco na economia 4.0), nº 05/2020 (Apoio ao empreendedorismo inovador com foco na Economia 4.0) e nº 05/2021 (Adesão ao programa IF Mais Empreendedor Nacional). Nos editais publicados pelo IF pesquisado, é possível citar: 05/2018, 01/2019, 01/2022, 02/2022, 06/2022, 01/2023, 02/2023, 08/2023, 01/2024 e 02/2024 PROPESP.

Da leitura dos editais 01/2020 e 02/2020 PROPESP/PROEX, analisa-se os seguintes excertos: “Apoio ao empreendedorismo inovador com foco na economia 4.0”, no preâmbulo dos referidos editais, são concatenadas as palavras “empreendedorismo”, “inovador” e “economia 4.0”, o que norteia o texto em seu direcionamento ao fomento de criação de espaços que estimulem as atividades de pesquisa aplicada, inovação e iniciação tecnológica nas redes de ensino e instituições de Educação Profissional e Tecnológica — meta do terceiro eixo do Programa Novos Caminhos. Da leitura dos editais citados, verifica-se o direcionamento ao desenvolvimento de habilidades voltadas de imediato ao mercado de trabalho na premissa da economia 4.0, sob a lógica do empreendedorismo e não da formação integral do sujeito.

Ricardo Antunes, em suas pesquisas, auxilia no entendimento sobre as relações de trabalho, pois, quanto às relações que foram dominantes ao longo do século XX, em que o trabalho era mais formalizado, tem sido “substituído[as] pelos mais distintos e diversificados modos de informalidade e precarização, de que são exemplos, os trabalhos terceirizados, o ‘cooperativismo’, o ‘empreendedorismo’, o ‘trabalho voluntário’ etc.” (Antunes, 2011, p. 407). Essa nova fase de

desconstrução do trabalho amplia os diversos modos de ser da informalidade e da precarização, o que leva o sujeito a ser um empreendedor precarizado, um empresário de si.

Os editais 01/2020 e 02/2020 PROESP/PROEX deixam claro seu direcionamento tendencioso das relações do trabalho submetidas à lógica 4.0 ao discorrer, em seu texto, sobre a definição de economia 4.0. Essa, por sua vez, define Economia 4.0 como “a transformação do padrão da atividade econômica, baseada na introdução, desenvolvimento e difusão das tecnologias digitais, na automação e no uso intensivo de dados, que impacta transversalmente os três setores base da Economia” (PROESP, 2020). Já o edital 02/2020 PROEN/PROESP/PROEX/DAI aborda o Programa de Apoio à Inovação para a Micro e Pequena Empresa e, além disso, o edital 03/2021 PROEN/PROESP/PROEX apresenta as Oficinas 4.0.

O referido edital trata do conceito 4.0 em face de uma nova conceituação de economia e oficinas com foco na difusão de tecnologias. O destaque mais importante nessa citação é a introdução do conteúdo específico 4.0 na formação dos jovens, o qual passa a integrar os cursos técnicos nos IFs. Consta, no texto do edital 03/2021 PROEN/PROESP/PROEX, que cada plano de trabalho deve fazer referência a um projeto de inovação tecnológica relacionado à demanda real oriunda do setor produtivo. Nesse sentido, o texto é claro em definir que a instituição de ensino balizará sua estrutura educacional a fim de atender as demandas do mercado, do capital. Já a “*Cultura Maker*” enlaça os desígnios da indústria 4.0 e da já cunhada educação 4.0, sob a ótica de que o estudante deve aprender ao fazer, nos moldes do que lhe possa ser solicitado a fazer na indústria, o que pode distanciar o estudante da análise e reflexão.

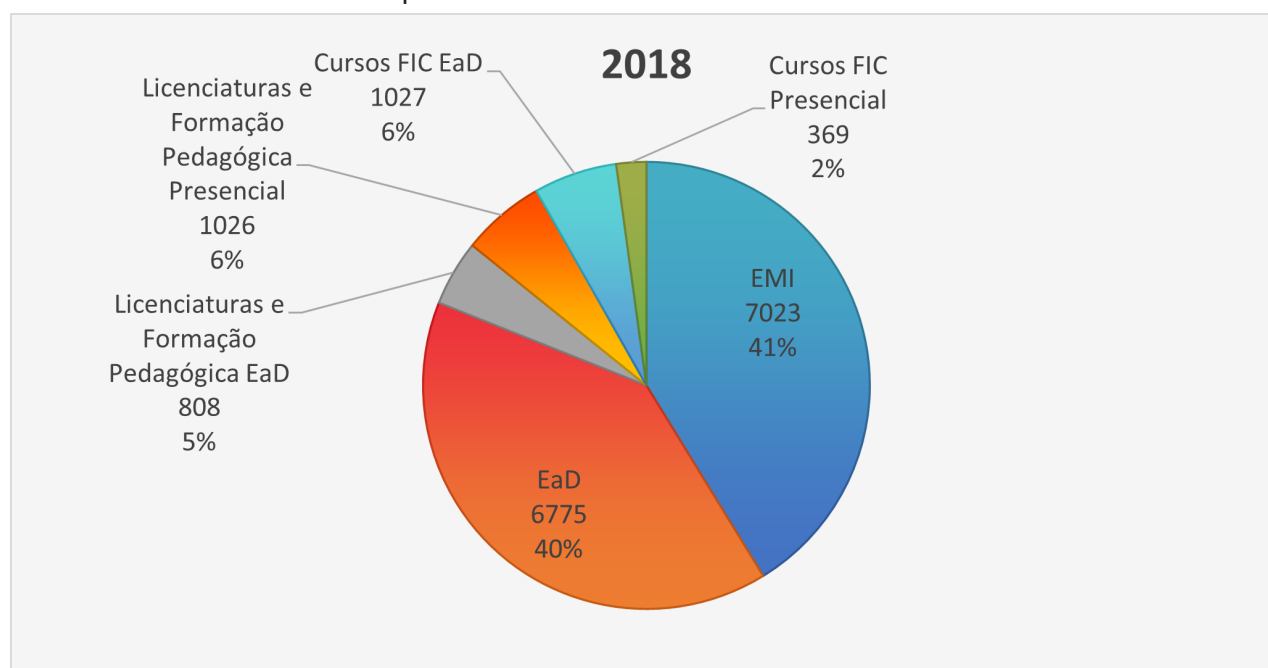
Conforme os autores, é um novo tecnicismo educacional ou novo tecnicismo digital necessário para pensar as necessidades educacionais das novas gerações focadas em um saber prático em detrimento da reflexão do sujeito humano histórico. O jargão 4.0 pode gerar uma educação na ótica da implantação de sistemas massificados, de modo a visar os mesmos conceitos de gerenciamento, produtividade, eficiência e eficácia da indústria. Então, compreende-se que educação e indústria possuem pressupostos e objetivos diferentes.

Os desígnios da máquina capitalista tendem a excluir o ser humano da equação sempre que possível, assim sendo, condições conotativas próprias da condição humana são deixadas de lado em função da produtividade, o que é extremamente prejudicial no que tange à educação, porque vai produzir um esvaziamento do conteúdo educacional em função das necessidades imediatas da flexibilização e da gestão do trabalho, de modo a negar, de certa forma, o conhecimento sistematizado ao longo da história.

Uma Análise dos Resultados do Programa Novos Caminhos

Levando em consideração os quantitativos de matrículas por curso, modalidade e oferta, foram elaborados gráficos para cada ano pesquisado (2018, 2019, 2020, 2021, 2022 e 2023), a fim de comparar a variação do número de matrículas. Com isso, pretende-se verificar os impactos do Programa Novos Caminhos, através dos editais pesquisados, no âmbito do IF.

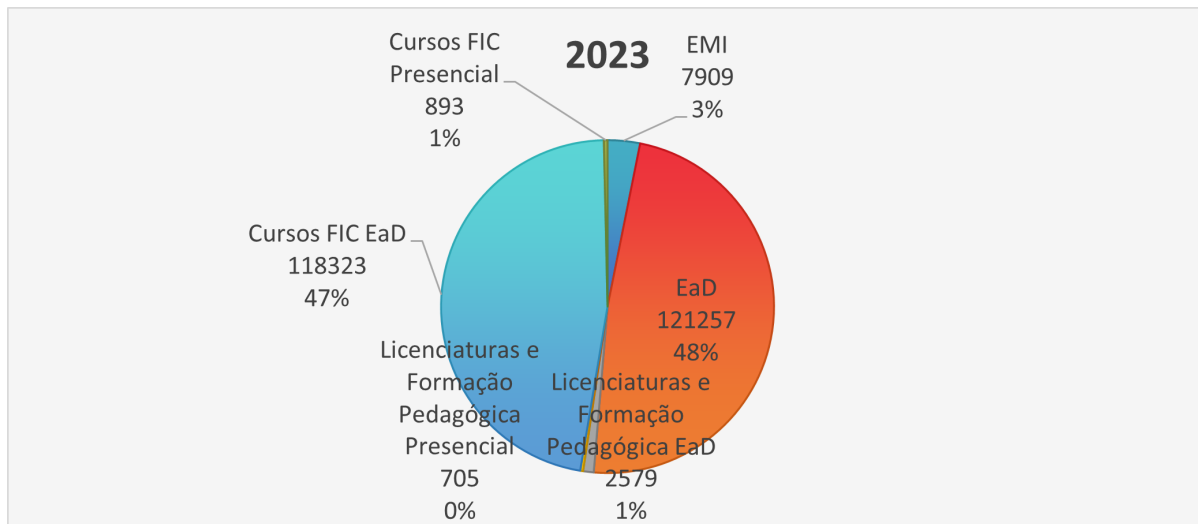
Gráfico 1 – Comparativo de matrículas entre os cursos no ano de 2018



Fonte: Organizado pelo autor com dados da Plataforma Nilo Peçanha (Brasil, 2024).

Pode-se verificar, no ano de 2018, quando o Programa Novos Caminhos ainda não havia sido implementado, que o número de matrículas em cursos EaD era inferior ao número de matrículas no EMI, bem como o número de matrículas nas Licenciaturas e Formação Pedagógica presencial eram superiores à modalidade EaD. Para o ano de 2018, foi mantida a separação no gráfico de cursos EaD (de forma geral), cursos FIC EaD e Licenciatura e Formação Pedagógica EaD, visto que a Plataforma Nilo Peçanha trouxe resultado de matrículas em cursos EaD maior que o somatório das três categorias, o que irá variar nos outros anos.

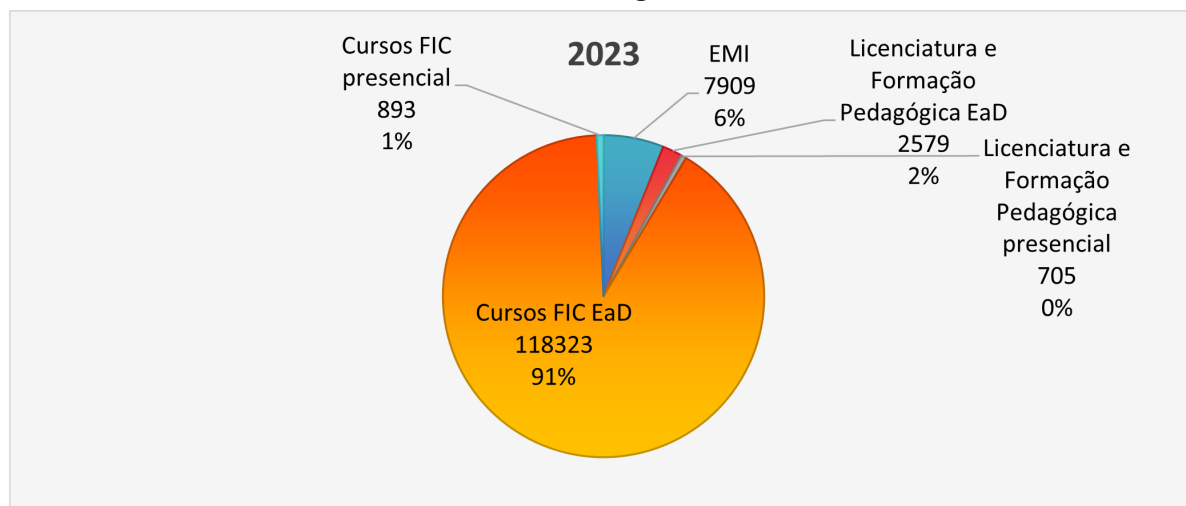
Gráfico 2 – Comparativo de matrículas entre os cursos no ano de 2023



Fonte: Organizado pelo autor com dados da Plataforma Nilo Peçanha (Brasil, 2024).

No ano de 2023, as matrículas em cursos EaD voltam a aumentar drasticamente. Isso, em sua absoluta maioria, em razão do aumento das matrículas em Cursos FIC EaD. Novamente, no ano em questão, verifica-se que o número de matrículas EaD (de modo geral) faz referência, quase que na totalidade, aos Cursos FIC EaD e às Licenciaturas e Formação Pedagógica EaD, ao passo que é apresentado um segundo gráfico para melhor visualização dos percentuais de matrículas nos cursos, modalidades e oferta.

Gráfico 3 – Comparativo de matrículas entre os cursos no ano de 2023, excluída a modalidade EaD de forma geral



Fonte: Organizado pelo autor com dados da Plataforma Nilo Peçanha (Brasil, 2024).

Conforme se verifica no gráfico, com o aumento do número de matrículas em Cursos FIC EaD, em 2023, seu percentual passa a corresponder a 91% do total de matrículas pesquisadas. Enquanto isso, as matrículas no EMI correspondem a apenas 6% e as demais matrículas novamente

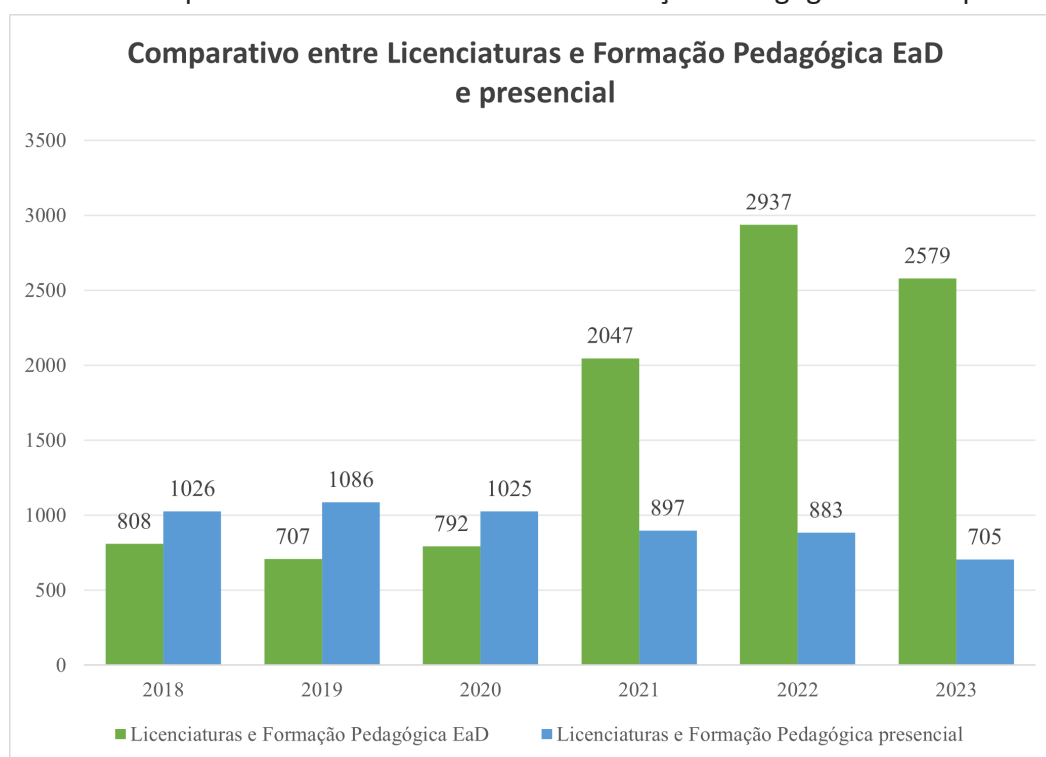
desaparecem do gráfico, em razão de quantidades baixas de matrículas.

Da análise dos gráficos, verifica-se que o número de matrículas no EMI tem pouca variação no decorrer dos anos analisados, mas que, após a promulgação do PNC e de seus impactos a partir do ano de 2020, o número de matrículas em Cursos FIC passa a dominar o percentual de matrículas no IFSul.

Comparativo por ano entre licenciatura e formação pedagógica EAD e presencial

Nesta seção, é apresentado o quantitativo por ano e observado o aumento de matrículas em cursos de Licenciatura EAD. Esse processo de aumento da oferta em cursos EAD pode ser caracterizado como democratização do acesso, mas, ao mesmo tempo, pode estar relacionado às metas impostas pelo PNC. Nos últimos anos, conforme o censo da Educação Superior (INEP, 2023), os cursos EaD superaram os presenciais.

Gráfico 4 – Comparativo entre Licenciaturas e Formação Pedagógica - EaD e presencial



Fonte: Organizado pelo autor com dados da Plataforma Nilo Peçanha (Brasil, 2024).

Tendo em vista o aumento do número de matrículas EaD no período analisado, foram elaborados gráficos comparativos entre o número de matrículas nas Licenciaturas e Formação Pedagógica EaD e presencial.

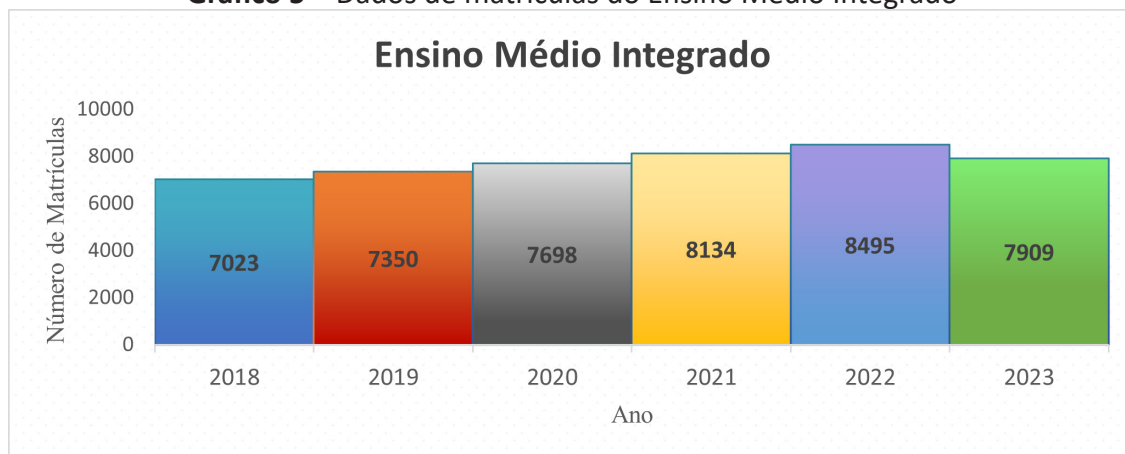
Inicialmente, a apresentação do gráfico em barras propicia a comparação das modalidades por ano, bem como a notoriedade de aumento das matrículas EaD. Conforme pode ser verificado

nos anos de 2018, 2019 e 2020 (antes do PNC, no ano de sua promulgação e em seu primeiro ano, respectivamente), as matrículas na modalidade presencial eram superiores às matrículas EaD. Nos anos de 2021, 2022 e 2023, verifica-se grande aumento das matrículas EaD e diminuição das matrículas na modalidade presencial.

A análise do percentual de matrículas EaD e presencial demonstrou que, nos anos de 2018, 2019 e 2020, os percentuais de matrículas EaD eram, respectivamente, 44%, 39% e 44%, enquanto a modalidade presencial apresentava percentuais de 56%, 61% e 56%, respectivamente. A variação dos percentuais de matrículas e o conseqüente aumento das matrículas EaD não faz referência, apenas, ao aumento das matrículas na modalidade EaD, mas, também, à diminuição das matrículas na modalidade presencial.

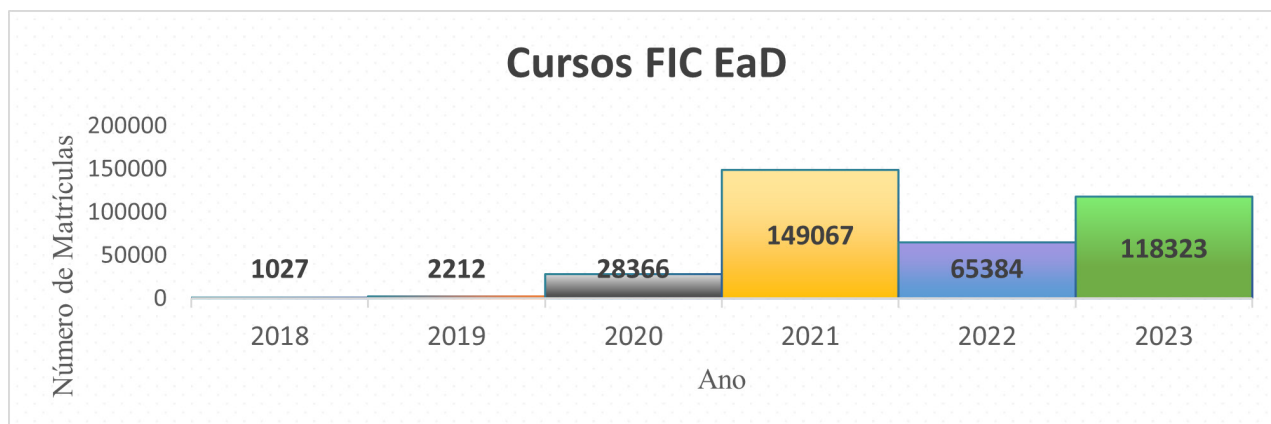
Ao retomar o Eixo 1, apresenta-se os dados e as análises do número de matrículas nos cursos do IF. Esse eixo, intitulado Gestão e Resultados, também busca aumentar o percentual de matrículas na Educação Profissional e Tecnológica, no sentido de aprimorar a governança da EPT. A fim de verificar como o Programa Novos Caminhos (PNC) impactou no número de matrículas no IF pesquisado, de modo a verificar numericamente os desdobramentos dos editais apresentados acima, no período de 01/07/2024 a 16/07/2024, foram extraídos, da Plataforma Nilo Peçanha, os dados de matrículas da oferta de Cursos de Ensino Médio Integrado e dos Cursos FIC (EaD e presencial) referentes aos anos de 2018, 2019, 2020, 2021, 2022 e 2023. Os dados seguem apresentados nos gráficos abaixo.

Gráfico 5 – Dados de matrículas do Ensino Médio Integrado



Fonte: Organizado pelo autor com dados da Plataforma Nilo Peçanha (Brasil, 2024).

Verifica-se, no primeiro gráfico, referente aos cursos integrados, que não houve grande variação do número de matrículas no período pesquisado, o que poderia ser analisado em razão do quantitativo definido em lei para vagas de EMI. Porém, não é verificado aumento do número de matrículas do EMI, que é oferta prioritária dos IFs.

Gráfico 6 – Dados de matrículas nos Cursos FIC - EaD

Fonte: Organizado pelo autor com dados da Plataforma Nilo Peçanha (Brasil, 2024).

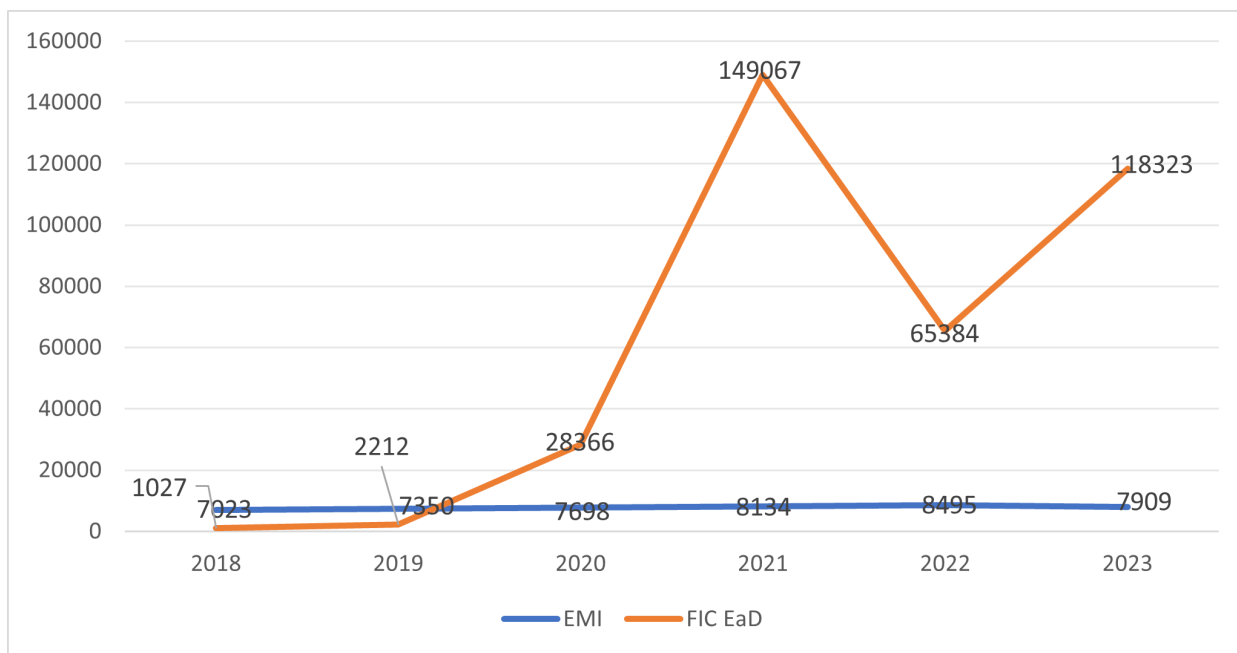
Quanto ao gráfico, referentes aos Cursos FIC, EaD, verifica-se o aumento colossal no número de matrículas EaD, o que permite concluir que, dentre os cursos EaD mapeados pela Plataforma Nilo Peçanha, sua absoluta maioria faz referência aos cursos FIC, que tiveram um aumento de 14414,80%, entre 2018 e 2021, e de 11421,22%, entre 2018 e 2023.

Relação entre oferta de cursos FIC e Ensino médio integrado

Existem concepções diferentes presentes nos cursos de Ensino Médio Integrado e nos cursos de qualificação profissional ou Formação Inicial e Continuada (FIC). Sendo assim, “a formação profissional passa a integrar as estratégias de competitividade — visto que é um ponto de articulação entre os interesses dos trabalhadores e as demandas de acumulação do capital” (Kuenzer, 2016, p. 43). Não é novidade que, de tempos em tempos, a dualidade educacional na formação dos trabalhadores fica cada vez mais aprofundada. Portanto, existem tipos de força de trabalho com formações desiguais e diferenciadas, as quais, conforme Caetano e Silva (2024, p. 3) para alguns, “reserva-se o direito de exercer o trabalho intelectual integrado às atividades práticas a partir da trajetória de escolarização, enquanto, para outros, é oferecida a possibilidade de desenvolver conhecimentos práticos pouco sofisticados em atividades laborais de natureza simples”.

Com o objetivo de visualizar o crescimento da oferta dos cursos de qualificação profissional em detrimento do Ensino Médio Integrado, o gráfico a seguir apresenta as matrículas dos cursos de qualificação profissional que se encontram em ascensão. Destaca-se a modalidade à distância que, a partir de 2020-2023, cresce exponencialmente.

Gráfico 7 – Número de matrículas em cursos FIC e EMI – 2018-2023



Fonte: Organizado pelo autor com dados da Plataforma Nilo Peçanha (Brasil, 2024).

No IF, as matrículas em cursos de qualificação a distância, a partir de 2020, superam as matrículas do Ensino Médio Integrado presenciais, como mostra o Gráfico acima. Destaca-se algumas questões que esses dados trazem com base nos dados e nos estudos de

A primeira é que os Institutos Federais, criados em 2008 pela Lei Nº 11.892 de 29 de dezembro, possuem como prioridade garantir um mínimo de 50% das suas vagas para oferta de cursos técnicos de nível médio, principalmente na forma integrada (conforme art. 8º). Embora o artigo 7º admite, também aos IFs, ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica, é possível observar, a partir dos dados produzidos com base na Plataforma Nilo Peçanha, que houve um avanço considerável nas matrículas FICs em relação ao Ensino Médio Integrado (Caetano e Silva ,2024).

Ressalta-se que a gestão para resultados proposta pelo Programa Novos Caminhos não pode ser analisada isoladamente. Isto é, é fundamental compreender o contexto mais amplo do neoliberalismo, que tem influenciado políticas públicas em várias áreas, incluindo a educação. No contexto educacional, isso se traduz em uma ênfase na eficiência, na competitividade, na responsabilização e ao alcance das metas. Esses princípios neoliberais de cunho gerencial, do Programa Novos Caminhos, buscam aplicar técnicas do setor privado à gestão da educação pública e, mais do que isso, introduzir uma nova cultura e novos conteúdos nos IFs. No entanto, essa abordagem ignora as peculiaridades e os objetivos sociais da educação, tratando-a como um produto a ser comercializado, em vez de um direito fundamental a ser garantido (Caetano; Silva, 2024). Essa influência neoliberal e gerencial contribui para a mercantilização da educação, em que a qualidade do ensino pode ser comprometida pela busca incessante de resultados quantitativos.

Por fim, a abordagem gerencial trata a educação como um produto a ser ofertado e consumido com base na eficiência, produtividade e gestão para resultados. No entanto, a educação é um bem público e social, que deve ser acessível a todos e promover o desenvolvimento integral dos indivíduos. A priorização apenas de metas quantitativas, em relação ao processo que se dá a educação, pode ser nociva à sociedade, pois, uma educação de qualidade deve formar cidadãos críticos, autônomos, solidários, capazes de contribuir coletivamente para o desenvolvimento do país. A abordagem gerencial, com seu foco estreito em resultados mensuráveis, pode comprometer a formação integral e integrada dos alunos e, mais do que isso, afastar os Institutos Federais de sua missão e função social.

CONSIDERAÇÕES

Este trabalho procurou apresentar a investigação realizada em um Instituto Federal do sul do Brasil. Também, buscou-se apresentar como o Programa Novos Caminhos, através dos editais de pesquisa e extensão, contribui à formação de uma cultura gerencial que prioriza os resultados.

A fim de demonstrar a materialidade dos impactos do Programa Novos Caminhos no IF, analisou-se os desdobramentos dos impactos dos editais coletados, através do mapeamento do número de matrículas do IFSul no período de 2018 até 2023. Assim, foram extraídos dos quantitativos da Plataforma Nilo Peçanha, mantida pelo Governo Federal e destinada à coleta de dados de censo das instituições de educação profissional e tecnológica, o número de matrículas anual de cada instituição, que é critério ao repasse orçamentário aos Institutos Federais.

Da coleta de dados, no que tange ao ensino médio integrado, foi verificado que os cursos integrados não apresentaram grande variação do número de matrículas no período pesquisado. Não se verifica aumento do número de matrículas do EMI, que é oferta prioritária dos IFs, com objetivo de propiciar a formação omnilateral do estudante.

A pesquisa de matrículas em cursos EaD foi mapeada na Plataforma Nilo Peçanha para o IFSul. Os dados são estarrecedores, com um aumento de 2.137,16% entre 2018 e 2021 e de 1.689,77%, se consideradas as matrículas de 2018 e 2023. Nos resultados da pesquisa, quanto aos cursos de licenciatura e formação pedagógica, EaD e presenciais, apresentou-se um aumento de 218,18% nas matrículas EaD entre 2018 e 2023 e uma diminuição de 31,28% nas matrículas presenciais entre 2018 e 2023. Isso comprova o impacto da política gerencial com foco na quantidade de cursos e matrículas oferecidas. Houve uma diminuição de cursos presenciais que deveriam propiciar a formação humana integral que necessitam de mais investimentos da instituição, em detrimento do aumento nas matrículas EaD, com cursos que demandam baixo investimento, com materiais padronizados e abrangência para um grande público, em desfavor da interação humana direta e da formação omnilateral.

A coleta de dados quanto aos cursos FIC, EaD e presenciais demonstrou o aumento colossal no número de matrículas EaD, o que permite concluir que, dos cursos EaD mapeados pela Plataforma

Nilo Peçanha, na sua absoluta maioria, faz referência aos cursos FIC, os quais tiveram aumento na oferta de 14.414,80%, entre 2018 e 2021, e de 11.421,22%, entre 2018 e 2023. Já os cursos FIC presenciais não contam com quantitativos expressivos, o que permite a conclusão do mote gerencialista de condução das instituições que compõe a EPT, na oferta de cursos de formação inicial e continuada (FIC). Esses se apresentam como um atalho à formação profissional para as demandas de um mercado que exige flexibilidade. Nesse caso, eles foram ofertados, praticamente, em sua totalidade, na modalidade EaD, o que barateia os custos, permite sua oferta para número indizível de indivíduo e, assim, aumenta o número de matrículas total em detrimento à formação humana integral e omnilateral do sujeito.

Ao finalizar este estudo, destaca-se que os objetivos propostos foram alcançados e, ao analisar os impactos do Programa Novos Caminhos em relação ao número de matrículas no IF, é possível afirmar que um dos principais propósitos do Novos Caminhos foi o de ampliar, em 80%, o número de matrículas de 1,9 milhões para 3,4 milhões até 2023. O IF segue o propósito do programa, de modo a implementar uma série de medidas, entre elas, a massiva oferta de cursos de qualificação profissional ou FICs.

A abordagem gerencial traçou caminho arduo na educação profissional e tecnológica, valendo-se da possibilidade de aumento das matrículas em cursos FIC sem a necessidade de respeito aos limites de 50% de matrículas em ensino médio integrado, bem como, com o passar dos anos, reduziu-se o orçamento das instituições que compõe a EPT. Destaca-se, assim, que a Portaria Ministerial (MEC) n.º 146/2021 regulou o cálculo das matrículas equivalentes, ou seja, o real peso que cada matrícula representa em razão do curso, modalidade e oferta, o que impacta no repasse de orçamento às instituições. Desse modo, há a necessidade de aumentar drasticamente as matrículas em cursos FIC para equivalerem às matrículas de outro curso. Nessa senda, a oferta massiva de cursos FIC surge como forma paliativa e temporária de mitigar orçamentos pontuais que, em razão da equivalência de matrícula, necessitam de maior número de matrículas em cursos FIC que a oferta de cursos de Ensino Médio Integrado. Isso afeta, portanto, diretamente, o princípio do trabalho educativo, tendo em vista que a oferta de cursos de curta duração, EaD, não corrobora a formação omnilateral da classe trabalhadora e de seus filhos.

REFERÊNCIAS

ABDALA, P. R. Z.; SOCARRAS; J. F. P. Reflexiones sobre la Administración pública y el Neoliberalismo en Nuestramérica, Siglo XXI. **Revista Eletrônica da Administração**, Porto Alegre, v. 25, n. 2, pp. 22-39, 2019.

AFONSO, Almerindo. Janela. **Avaliação educacional: regulação e emancipação**. São Paulo: Cortez, 2005

BRASIL. Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília (DF), 1995. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/documents/mare/planodiretor/planodiretor.pdf>. Acesso em: 21 setembro 2023

CAETANO. M.R; PORTO JR.M. Educação e reestruturação do capital. É possível resistir ao discurso 4.0? In: CAETANO. M.R; PORTO JR.M.; SOBRINHO.S.C.(Org). **Educação Profissional e os desafios da formação profissional: concepções, políticas e contradições**. Curitiba: Editora CRV, 2021.

CAETANO, Maria Raquel; SILVA, Filomena Lucia Gossler Rodrigues da. Educação, Educação: A Dualidade entre Formação Integrada e Qualificação Profissional no Contexto da Reestruturação Produtiva. **Jornal d e Políticas Educacionais**, [S. l.], v. 18, set. de 2024.

CAETANO, M. R. A política de Educação Profissional e Tecnológica no governo Bolsonaro (2019-2022). **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S. l.], v. 2, n. 23, 2023. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/14424>. Acesso em: 22 mar. 2024.

CASTRO, Alda Maria Duarte Araújo. Administração gerencial: a nova configuração da gestão da educação na América Latina. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Porto Alegre, v. 24, n. 3, p. 389-406, set./dez. 2008.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

GOMES, Eduardo Granha Magalhães. Gestão por Resultados e eficiência na Administração Pública: uma análise à luz da experiência de Minas Gerais. São Paulo: EAESP/FGV. **Tese de Doutorado**, 2009.

HYPOLITO, Álvaro Moreira. Políticas curriculares, Estado e regulação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1337-1354, out./dez., 2010.

INEP; Assessoria de Comunicação Social do Inep (Colaboradores). MEC e Inep divulgam resultado do Censo Superior 2023. [Portal] Gov.br, Brasília, 03 out. 2024. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-da-educacao-superior/mec-e-inep-divulgam-resultado-do-censo-superior-2023>>. Acesso em 17 out. 2024.

LIMA de Melo, C.; JONKO Araújo, J. Política Educacional da Educação de Jovens e Adultos: gerencialismo e esvaziamento da EJA. **Revista Pedagógica**, v. 25, p. 1–15, 2023. Disponível em: <https://pegasus.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/7615>. Acesso em: 30 jun. 2024.

NEWMAN, J.; CLARKE, J. Gerencialismo. **Educação & Realidade**, [S. l.], v. 37, n. 2, 2012. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/29472>>. Acesso em:10 de jun. 2024.

PELLISSARI, Lucas Barbosa; CAETANO, Maria Raquel. O itinerário formativo técnico e profissional da contrarreforma do Ensino Médio nos Institutos Federais: uma análise do campo normativo. Universidade Federal de Viçosa. **Ponto de Vista**, v.13, n.2, 2024.

PEREIRA. Luis Carlos Bresser; GRAU. Nuria Cunil. Entre o Estado e o mercado: o público não-estatal. In: PEREIRA. Luis Carlos Bresser; GRAU. Nuria Cunil O Público Não-Estatal na Reforma do Estado (Coletânea). Editora Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1999. Disponível em:<<https://www.bresserpereira.org.br/books/o-publico-nao-estatal/000-o-publico-nao-estatal-na-reforma-do-estado.pdf>> Acesso em: 20 set. 2024.

SILVA E SILVA; Marcos; BARBOSA, Pedro Paulo Lima. Neoliberalismo e educação: um delivery de quase-mercado. **Brazilian Journal of Policy and Development**, [S. l.], v. 2, n. 4, p. 233-252, 2020.

VALENTE, Lucia. Permanências e mudanças na organização do trabalho escolar nas Geraes: uma análise do programa dinheiro direto na escola (PDDE) e do PDE-Escola. 2011.202 f. **Tese (Doutorado em Educação)** – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011.

Recebido em 25 de outubro2024

Aceito em 27 de novembro de 2024

Publicado em 03 de dezembro de 2024